CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

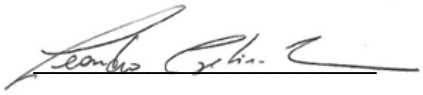
Ata nº 003/2020

Ata da Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS, cuja temática refere-se a População em Situação de Rua, realizada no dia 17 de abril de 2020, realizada via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros e convidados, em um total de 32 (trinta e duas pessoas) e do Secretário Executivo do conselho Sr. Leandro Lapetina Freire. Iniciando a reunião as 14h00, Sr. Rodrigo Salvador Lachi, presidente do CMAS, deseja uma boa tarde a todos e inicia sua fala retomando os assunto da reuniões anterior que serão pauta desta reunião. Informa sobre a reunião da Diretoria Executiva do CMAS que discutiu quanto a proposta de elaboração de “Carta Aberta” deste grupo de trabalho, onde a Sra. Rayssa ficou de elaborar para apresentação nesta reunião. Na sequência, Sra. Rayssa faz a leitura da proposta da carta elaborada em conjunta com outros colaboradores. Sr. Rodrigo aponta que há na carta questões já discutidas e que deve-se manter apenas questionamentos a serem discutidos com a SEDS. Entende que o item 3 da carta é função do CMAS e regulamentado por resolução normativa e já foi discutido no grupo. O item 4 é a questão da demanda x oferta, sendo assim o questionamento de onde estão as vagas não é cabível, pois sabemos quantas vagas são. Com relação ao item 5 informa que já oficiada a SEGES, questionando quantos profissionais estariam em teletrabalho, e estariam aptos em toda a PMS, dentro das categorias previstas na NOB/RH-SUAS para possíveis remanejamentos. Sendo assim, tem dúvidas se esses itens devem permanecer na carta. Sr. Darci questiona, de todas as reinvindicações quais já foram efetivadas e o que ainda não conseguimos encaminhar e ter respostas satisfatórias da SEDS. Sra. Marilda discorda do Sr. Rodrigo, pois entende que o que foi colocado nos itens mencionados são perguntas que não tiveram suas respostas de forma satisfatória. Por exemplo, queremos o total de servidores e para onde serão realocados. Há abrigos sem técnico de nível superior. Temos que ter um Plano de Emergência da PMS para a demanda apresentada. A questão dos benefícios eventuais tem que ser rápida, já estamos discutindo isso a quinze dias. Sra. Nayara, aponta que com relação aos benefícios eventuais, principalmente com relação aos kit’s de higiene existem mecanismos tais como a articulação com a sociedade civil, grupos de ajuda, etc. por exemplo o “Jornal Vozes na Rua” tem conseguido se articular e fazer arrecadação e doação de materiais de higiene. Com relação ao item 4, ressalta que é urgente discutir o fluxo de entrada nos serviços de acolhimento com os serviços de saúde, no mínimo uma avaliação conjunta com relação a saúde dos atendidos. Sr. Rodrigo, em atenção a colocação do Sr. Darci, relata que houve três questionamento do CMAS ao órgão gestor: Ofício n.º 10/2020, onde há resposta de novas vagas de acolhimento institucional no município, ou seja, trata-se de um plano de prevenção, caso a demanda aumente, pois hoje temos vagas para atender as pessoas em situação de rua. Ofício n.º 11/2020, onde houve

devolutiva quanto ao perfil das famílias beneficiarias do auxílio emergencial do Governo Federal e o Ofício n.º 12/2020, onde houve devolutiva sobre os canais de comunicação para as famílias e/ou indivíduos entrarem em contato com a Assistência Social. Concorda com a Sra. Nayara quando fala de outras ações, como a articulação com a sociedade civil e colocaria isso como recomendação na carta. Sra. Nayara questiona que enquanto aguardamos a resposta da SEGES quanto ao indagando via ofício do CMAS, sobre o remanejamento de servidores, a SEDS poderia remanejar seus servidores. E lembra que a articulação com a sociedade civil é uma prerrogativa do Programa Novo Olhar. Sr. Décio aponta que vai todo dia na região do Mercado e percebe que as pessoas não estão preocupadas e não se trata apenas de uma questão da Assistência Social e sem de falta de informação. As pessoas estão sempre agrupadas e com descuido com sua saúde. Então qualquer ação que seja tomada, não deve ser só de doações, mas também de informação. E o que está sendo feito é pouco, é necessário voluntários que não sejam do público de risco para essa ação. Aponta que as pessoas estão entrando em graus de dependência e não de violência. Sra. Marilda sugere que a Gestora do Programa Novo Olhar apresente sobre as articulações feitas. Sra. Aurora ressalta que no item 03 da carta, independe de ação da SEDS ou do CMAS, e a questão das doações, não se tira o mérito de se rever a questão dos benefícios eventuais e concorda que é importante ouvir a gestora do Programa Novo Olhar para podermos seguir na discussão. Questiona o que efetivamente vem sendo feito e o que o CMAS pode avançar. Sra. Juliana – Gestora do Programa Novo Olhar, informa que é pertinente iniciar falando do CENSO. Que estão aguardando o envio dos dados por parte da UNIFESP, já recebemos os dados dos pontos de fixação. Claro que o cenário do COVID-19 mudará esses territórios. Informa que haverá nova reunião com a UNFESP na próxima semana e foi solicitado que seja apresentado os dados referente a Saúde. Estamos buscando diálogo com a sociedade civil e estamos conseguindo avanços. Temos listagem de grupos que são voluntários e se interessam por essas ações. Estes tem contribuído com as doações de kit's de higiene. Temos contato com o serviço do Consultório na Rua para identificar a demanda e os itens estão sendo distribuídos na rua e no Centro POP. Na listagem dos grupos, sabemos quais territórios estes percorrem, para melhor organização da oferta de doações, apesar de alguns grupos terem parado de fazer suas ações. Quem participou do CENSO, conhece o "mapa virtual" de pessoas em situação de rua, este está em construção junto com a SEGES e será importante também pós pandemia, irá disponibilizar informações prévias ao CMAS. Em relação a Saúde, as tratativas são feitas por meio da SEDS, mas com a urgência da questão, pediu-se uma reunião para aprofundar essa discussão. Tal reunião ocorrerá na próxima quarta-feira, dia 22 de abril, onde irá participar a Atenção Básica e a Saúde Mental, pensando-se em estratégias, protocolos de fluxos e aproximação das secretarias em relação aos serviços de acolhimento. Além de discussão da territorialidade para acesso dos usuários e informativos para os trabalhadores. É necessária a contribuição da Saúde Mental, tendo em vista a questão da abstinência. Sr. Décio relata a fala do Presidente da OMS quanto a importância das pessoas em situação de rua e de comunidades carentes e o cuidado com esse público. Sra. Aurora pede que neste momento não se discuta o CENSO, e gostaria de saber qual a articulação

que está sendo feita e se não foi feito nada, o porquê? Quem seria o responsável? Estão há um mês parados? Qual o trabalho realmente efetivado nos acolhimentos, com relação a articulação hoje? Como estamos? Sra. Mayara endossa os questionamento da Sra. Aurora e reforça os questionamentos da carta. Sr. Rodrigo aponta que são coisas intrincadas, como o levantamento do RH feito pela SEDS e apresentado na reunião de Diretoria Executiva, onde é apontado que apenas 1/3 (um terço) dos servidores da SEDS estão aptos ao trabalho presencial. Mas sugere que seja oficiada a SEDS, pois o CMAS deve cobrar esse procedimento. Assim como o ofício à SEGES com relação a todos os servidores da PMS e o ofício a Saúde questionando as ações do Consultório na Rua. Sra. Juliana aponta que não teve acesso a carta do GT, mas reforça que estão tendo diálogos constantes com a Saúde, que eles também vem enfrentando dificuldades por conta da falta de RH, e que o ofício do CMAS com relação as ações do Consultório na Rua é pertinente. Está sendo criado hospital de campanha e está havendo uma reestruturação, pois tudo que é valido para a população em geral é valido para a população de rua. A reunião agendada irá tratar todas essas questões. A ações da SEDS como um todo, tem o norte da articulação, não só o Programa Novo Olhar. Só a partir da reunião teremos ações mais concretas de fato. Sra. Aurora aponta que o município precisa ter um Plano de Contingenciamento da Assistência Social no enfrentamento da COVID-19. Protocolos acertados entre as secretarias SEDS e Saúde. Questiona se é necessária a intervenção do CMAS e do FORTSUAS para que isso se efetive? O que se precisa? Sr. Darci acrescenta a questão: Qual a previsão das ações começarem a acontecer de fato? Sra. Juliana aponta que devido a urgência da questão quanto mais manifestações para o cumprimento das políticas públicas melhor. Em relação a efetividade das ações, só a partir da próxima reunião prevista para quarta-feira. Sra. Marilda aponta que essa reunião determinará o plano de trabalho dos serviços. Sendo assim sugere que a próxima reunião do GT aconteça na quinta-feira. Informa que o número de solicitações de acolhimento tem aumentado. Sra. Nayara questiona que é possível que nessa reunião com a saúde, a SEDS apresente alguma proposta, podemos ter conhecimento? Sra. Juliana informa que é possível, mas é a SEDS e não o Programa Novo Olhar no enfrentamento a essa demanda. As demandas dos serviços deverão ser encaminhadas a essa reunião e a intenção é da construção do Plano de articulação. Sra. Rayssa questiona se as demandas do GT também podem ser encaminhadas para a reunião? Assim como as demandas apresentadas no ofício que o CMAS recebeu do Movimento Municipal de Pessoas em Situação de Rua e da Carta Aberto das Trabalhadoras e Trabalhadores da COPROS-POP/SEDS. Sra. Juliana informa que as demandas apresentadas poderão ser levadas na reunião do dia 22 de abril, pois não tem como passar a pauta exata que será levada pela SEDS a reunião. Dr. Thiago questionou o porquê temos tantas vagas ociosas de acolhimento, Sra. Letícia respondeu que a falta de fluxo tem gerado isso, bem como um movimento expulsivo do "Albergue Noturno", que já era discutido anteriormente no CMAS. Sra. Leticia informa também que enquanto CENTRO-POP não foram orientadas para efetivação das ações propostas. Sra. Nayara endossa a fala da Sra. Letícia, quanto a falta de fluxo. É importante entender como os acolhimentos estão funcionando. Necessário protocolo para retaguarda de saúde

para os acolhimentos. Sr. Rodrigo aponta que a questão do CENTRO-POP não fazer acolhimento e somente a equipe de abordagem social é uma questão da Ordem de Serviço/SEDS, que o DEPROS-E já apontou que pode ser revista. Precisamos discutir questões tais como: abstinência e um possível acolhimento de baixa restrição. A carta do GT era para sair com propostas e não com questionamentos, cujas respostas e encaminhamentos estão nas atas das reuniões anteriores. Sra. Marilda aponta que tivemos poucos encaminhamentos e muitas discussões. Discorda com relação a questão colocada pelo Sr. Rodrigo, uma vez que não tínhamos respostas. Precisamos de respostas. Sra. Rayssa entende que discutimos, mas não tivemos respostas efetivas com prazos e que é importante o encaminhamento da carta para a Sra. Juliana. Lembra que mais uma vez não temos manifestações dos conselheiros da saúde. Sr. Rodrigo aponta que se o GT for espaços para questionamentos, teremos só isso, o espaço do GT deve ser para reflexão das questões. A carta deve ser encaminhada de forma parcial, e as atas devem ser encaminhadas para a Sra. Juliana. Sra. Aurora lembra que o CMAS delibera e define como deve ser, respeitando-se a SEDS, mas tem que se cobrar os andamentos dos encaminhamentos, tais como: abertura de novos acolhimentos; remanejamento de servidores; mudança da ordem de serviço e caso não haja cumprimento deverá acionar a Defensoria Pública. Sr. Rodrigo sugere a reconstrução da carta, revisando ela para ser entregue para a Sra. Juliana. Como há concordância dos participantes, fica acordado a troca via plataforma digital até o dia 21 de abril. Não tendo mais assuntos a tratar, Sra. Rayssa declara finalizada a Reunião, às 16h00 pedindo que a Secretaria Executiva providencie o convite para a próxima reunião divulgando a mesma aos interessados, que ocorrerá dia 23 de abril as 14h, via plataforma SKYPE, com as seguintes pautas: 1. Devolutiva da reunião entre SEDS e Saúde; 2. Ações de enfrentamento aos usuários que não aderirem ao acolhimento e 3. Encaminhamentos das ações da SEDS.



Leandro Lapetina Freire

Secretário Executivo – CMAS